

GRAN
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

Pós-Graduação em
Ciências Jurídicas
Aplicadas às Funções
Essenciais à Justiça





Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino?	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica	5
Ciências Jurídicas Aplicadas às Funções Essenciais à Justiça	6
Destaques do curso.....	6
Público-alvo	7
Duração do curso	7
Matriz curricular	8
Conteúdo programático	9
FAQ do curso	13
Diferenciais tecnológicos	14
Ingresso	15

POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas com alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.

CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

Cursos 100% EaD
compostos por três
módulos, liberados
progressivamente a cada
60 dias.

Avaliação feita por disciplina
no sistema de provas da Gran
Faculdade, com sistema de notas
em valores numéricos, numa escala
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,
considerando-se aprovado aquele
que alcançar a nota mínima de 70
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos,
com videoaulas, aulas
interativas ao vivo, *slides* e
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso
opcional, conforme Resolução CNE/
CES n. 01, de 6 de abril de 2018.



COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



Profª. Lídia Leite Aragão Marangon
Coordenadora

Defensora Pública do Distrito Federal. Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (Uniceub). Pós-graduada em Direito Público, em Direito Processual Civil; em Direito de Família; em Direito Penal; e, em Direito do Consumidor. Atualmente, é professora de Direito Processual Civil do Gran Cursos Online e da Gran Faculdade. Ex-Consultora Jurídica da TV Justiça com sede no Supremo Tribunal Federal. Ex-servidora pública federal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, atuando na função de Chefe de Gabinete. Ex-servidora pública do TJDF e do MPDF.

CIÊNCIAS JURÍDICAS APLICADAS ÀS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA



A multiplicidade de oportunidades na área, com seleções para as carreiras de apoio do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias, além de secretarias de governo gera uma grande demanda no mercado de trabalho. A pós-graduação em Ciências Jurídicas Aplicadas às Funções Essenciais à Justiça traz um estudo aprofundado, com abordagem prática e teórica das disciplinas ligadas diretamente ao Direito material e processual das matérias-chave, além de outras que possuem relação direta. O operador do Direito estará qualificado para fazer frente às necessidades da iniciativa privada e do setor público.

DESTAQUES DO CURSO

Habilitar o interessado ao enfrentamento de provas que exijam conteúdos relacionados ao Direito material e processual nas disciplinas-chave, bem assim às legislações nacionais aplicáveis ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

Capacitar servidores públicos e candidatos ao serviço público, além de advogados e profissionais de empresas privadas que busquem se aperfeiçoar na área das funções essenciais à Justiça.

Habilitar profissionais graduados, tecnólogos e licenciados em diferentes áreas em conhecimentos teóricos e práticos para a melhor compreensão dos meandros das funções essenciais à Justiça.

Capacitar o estudante para interpretar, aplicar e buscar solução para conflitos com base nos preceitos teóricos das disciplinas integrantes do conteúdo programático, resolvendo problemas hipotéticos apresentados didaticamente, de modo que ele apreenda e construa outras situações fáticas e, igualmente, possa apresentar soluções jurídicas criativas e contextualizadas.

Desenvolver competências que habilitem o profissional a posicionar-se com a lei em face de situações concretas envolvendo o administrado e o Estado, com o propósito de unir o conhecimento técnico à preocupação com as questões sociais.



PÚBLICO-ALVO

Bacharéis em Direito, advogados, pesquisadores, interessados em se tornar servidores nas funções essenciais à Justiça ou nos tribunais pátrios.

DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Ciências Jurídicas Aplicadas às Funções Essenciais à Justiça tem duração de seis (6) a 18 (dezoito) meses. É ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das EdTechs.

MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	Carga Horária
01	Direito Constitucional	55 h
02	Direito Individual do Trabalho I	15 h
03	Direito Coletivo do Trabalho	15 h
04	Direito Processual Penal	30 h
05	Direito Administrativo	45 h
06	Direito Processual Civil	45 h
07	Direito Penal – Parte Geral	30 h
08	Direito Processual do Trabalho	30 h
09	Direito Civil	45 h
10	Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos	25 h
11	Legislação Aplicada ao Ministério Público	15 h
12	Legislação Aplicada à Defensoria Pública	10 h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		360 h/a
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 h/a
TOTAL DO CURSO		400 h/a

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
DIREITO CONSTITUCIONAL	Teoria da Constituição. Conceito, classificação (tipologia) e elementos. Poder constituinte (espécies e limites). Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Hermenêutica constitucional. Métodos e princípios de interpretação. Regras, princípios e postulados constitucionais. Hierarquia das normas e supremacia da Constituição. História constitucional brasileira. Constituição Federal de 1988. Estrutura. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Organização dos Poderes. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Ordem econômica e financeira. Ordem social. Controle de constitucionalidade, de convencionalidade e de legalidade. Jurisprudência do STF e do STJ. Jurisdição constitucional.
DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO I	Dilemas do trabalho e do emprego na atualidade. Responsabilidade civil no Direito do Trabalho. Sujeitos do contrato de trabalho. Alterações do contrato de trabalho. Jornada de trabalho: períodos de repouso; isonomia salarial e equiparação salarial. Contratos de trabalho especiais: professor, jornalista, atleta, artista etc. Salário, remuneração e adicionais. Duração do contrato de trabalho. Contratos internacionais do trabalho. Formas de garantia de emprego. Extinção do contrato de trabalho. Organização e atuação sindical. Princípios constitucionais. Unicidade, pluralidade e representatividade. Conflitos coletivos de trabalho: formas de solução e impactos nos contratos de trabalho (vigência e incorporação). Formas de participação e representação dos trabalhadores nas empresas: cooperativismo e sindicalismo. Direito de greve e abuso de greve. Atividades essenciais e responsabilidade trabalhista. Greve no serviço público. Novos desafios da atualidade: papel dos sindicatos e das centrais sindicais. Dissídio coletivo de trabalho (poder normativo, aspectos formais e processuais do dissídio coletivo, sentença normativa e ação de cumprimento). Negociação por empresa e ação anulatória de cláusula normativa.
DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	Relação de trabalho x relação de emprego. Direitos constitucionais dos trabalhadores. Princípios peculiares do Direito do Trabalho. Fontes do Direito do Trabalho. Organização e atuação sindical. Princípios constitucionais. Unicidade, pluralidade e representatividade. Conflitos coletivos de trabalho: formas de solução e impactos nos contratos de trabalho (vigência e incorporação). Formas de participação e representação dos trabalhadores nas empresas: cooperativismo e sindicalismo. Direito de greve e abuso de greve. Atividades essenciais e responsabilidade trabalhista. Greve no serviço público. Novos desafios da atualidade: papel dos sindicatos e das centrais sindicais. Dissídio coletivo de trabalho (poder normativo, aspectos formais e processuais do dissídio coletivo, sentença normativa e ação de cumprimento). Negociação por empresa e ação anulatória de cláusula normativa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Direito Processual Penal. Princípios gerais, conceito, finalidade, características. Fontes. Lei processual penal: fontes, eficácia, interpretação, analogia, imunidades. Sistemas de processo penal. Inquérito policial. Histórico; natureza; conceito; finalidade; características; fundamento; titularidade; grau de cognição; valor probatório; formas de instauração; *notitia criminis*; *delatio criminis*; procedimentos investigativos; indiciamento; garantias do investigado; conclusão; prazos; jurisdição; competência; conexão e continência; prevenção; questões e procedimentos incidentes. Competência da justiça federal, dos Tribunais Regionais Federais, do STJ e do STF, conflito de competência. Processo criminal: finalidade, pressupostos e sistemas. Ação penal. Conceito, características, espécies e condições. Acordo de não persecução penal. Sujeitos do processo: juiz, Ministério Público, acusado e seu defensor, assistente, curador do réu menor, auxiliares da justiça, assistentes, peritos e intérpretes, serventuários da justiça, impedimentos e suspeições. Juizados especiais criminais: aplicação na justiça federal. Termo circunstanciado de ocorrência; atos processuais; forma, lugar e tempo. Provas. Conceito, objeto, classificação e sistemas de avaliação. Princípios gerais da prova, procedimento probatório. Valoração. Ônus da prova. Provas ilícitas e decorrentes das ilícitas. Meios de prova: perícias, interrogatório, confissão, testemunhas, reconhecimento de pessoas e coisas, acareação, documentos, indícios. Busca e apreensão: pessoal, domiciliar, requisitos, restrições, horários. Prisão. Conceito, espécies, mandado de prisão e cumprimento. Prisão em flagrante. Prisão temporária. Prisão preventiva. Princípio da necessidade, prisão especial, liberdade provisória. Fiança. Sentença criminal. Ação civil *ex delicto*. Jurisdição e competência. Foro por prerrogativa de função. Competência em razão da matéria e territorial. Conexão e continência. Provas: meios de prova; finalidade e objeto da prova; ônus da prova; prova testemunhal; prova documental; confissão; prova pericial; exames de corpo de delito e perícias em geral; peritos oficiais; tipos de perícias; laudo pericial e prazos; cadeia de custódia.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Introdução ao Direito Administrativo. Sistemas administrativos. Administração pública. Administração pública no sentido subjetivo/orgânico/formal. Administração pública no sentido material/objetivo/funcional. Princípios administrativos. Princípios expressos. Princípios implícitos. Organização administrativa. Formas de prestação da atividade administrativa (concentração e desconcentração. Centralização e descentralização). Administração direta e indireta. Entidades paraestatais. Estudo dos órgãos. Características dos órgãos. Estudo da administração descentralizada. Autarquias. Agências. Consórcios públicos. Fundações. Sociedade de economia mista e empresa pública. Ato administrativo. Conceito. Fato administrativo e fato da administração. O silêncio administrativo. Requisitos ou elementos de validade dos atos administrativos. Atributos ou prerrogativas do ato administrativo. Classificação dos atos administrativos. Espécies de atos administrativos. Extinção dos atos administrativos. Convalidação. Conversão. Poderes administrativos. Deveres do administrador. Abuso de poder. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder normativo (poder regulamentar). Poder discricionário e poder vinculado. Poder de polícia. Agentes públicos. Classificação. Tipos de vínculo – função, emprego, cargo. Criação, transformação e extinção dos cargos públicos. Normas constitucionais aplicáveis aos agentes públicos. Processo administrativo disciplinar. Intervenção do Estado na propriedade. Intervenção restritiva: servidão. Requisição. Ocupação temporária. Limitações administrativas. Tombamento. Intervenção supressiva: desapropriação. Bens públicos. Classificação dos bens públicos. Espécies de bens públicos. Características dos bens públicos. Tipos de uso de bens públicos. Serviços públicos. Titularidade e forma de prestação. Conceito de serviço público. Responsabilidade das concessionárias de serviço público. Princípios do serviço público. Concessão e permissão de serviços públicos. Lei n. 11.107/2005. Processo administrativo. Lei n. 9.784/1999. Responsabilidade civil do Estado. Evolução histórica da responsabilidade estatal. Pressupostos da responsabilidade do estado. Tipos de responsabilidade. Fatores de exclusão. Responsabilidade por ato judicial. Responsabilidade por atos legislativos. Ação regressiva. Prescrição.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL	Teoria geral do processo. Processo de conhecimento. Processo de execução. Processo cautelar.
DIREITO PENAL – PARTE GERAL	Teorias do crime. Teoria da norma. Teoria do fato típico: destaque para conduta, dolo, culpa, omissão, nexo causal, <i>iter criminis</i> . Destaque: responsabilidade por omissão do <i>compliance officer</i> . Erros. Concurso de pessoas. Ilícitude. Culpabilidade. Teorias e dosimetria da pena. Principais crimes contra a fé pública. Principais crimes contra a administração pública. Principais crimes da Lei n. 8.666/1993. Principais crimes da Lei n. 8.137/1990.
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Princípios do Direito Processual. Princípios constitucionais. Princípios do processo civil e do processo do trabalho. Competência e jurisdição. Petição inicial e resposta do réu. Audiência e Provas. Sentença, coisa julgada e embargos declaratórios. Teoria geral dos recursos e recurso ordinário. Recurso de revista, agravo de instrumento, embargos para SDI, agravo regimental. Ação rescisória e ação anulatória na Justiça do Trabalho. Execução: parte geral e liquidação. Execução, embargos à execução, agravo de petição, hasta pública. Execução de contribuições sociais na Justiça do Trabalho. Tutelas de urgência no processo do trabalho.
DIREITO CIVIL	A evolução contemporânea do Direito Civil. Constituição e Código Civil: reciprocidade e interação. Princípios e regras constitucionais e sua aplicação ao Direito Civil. Direitos fundamentais e o Direito Civil: colisão de direitos privados constitucionalizados. Publicização e repersonalização das relações civis. Sujeito de direito e dignidade humana. Espécies e conteúdo dos direitos da personalidade: dificuldades de garantir efetividade e proteção. Direito obrigacional. Princípios sociais do contrato. Revisão dos contratos, proteção contratual do consumidor e da parte contratante mais vulnerável. A tensão entre a justiça contratual e a segurança jurídica. A questão do adimplemento substancial. A evolução da responsabilidade civil no Estado social. Fundamentos, elementos e tipos atuais da responsabilidade civil. Da culpa ao risco. Responsabilidade civil por inadimplemento obrigacional. Princípios e regras gerais constitucionais aplicáveis. O problema da quantificação do dano moral. Novas formas de compensação do dano. Danos sociais.
TUTELA DOS DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS	Definição de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Sistemática de aplicação dos direitos de tutela coletiva e de tutela individual homogênea. Aspectos constitucionais a respeito dos direitos coletivos e individuais homogêneos. Estudo no direito comparado sobre a estrutura dos direitos coletivos. As últimas reformas do CPC em relação ao processo individual e coletivo. O modelo do Direito Processual Coletivo brasileiro. A aplicabilidade limitada e condicionada do CPC no plano dos processos coletivos. A coisa julgada no processo civil brasileiro e sua incidência sobre o processo coletivo. Aspectos da segurança jurídica e da coisa julgada nos processos coletivos e de direitos individuais homogêneos. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Execução coletiva. Delimitação conceitual. A falta de corpo legislativo próprio e a insuficiência do CPC para reger a execução coletiva. Execução coletiva no Código de Processo Civil Brasileiro. Execução coletiva em relação aos direitos difusos. Execução coletiva em relação aos direitos coletivos em sentido estrito. Execução coletiva em relação aos direitos individuais homogêneos.

**LEGISLAÇÃO APLICADA AO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

Princípios institucionais, organização e atribuições do Ministério Público. Carreira, deveres, direitos, prerrogativas e garantias dos membros do Ministério Público. Regime disciplinar. O Conselho Nacional do Ministério Público. Lei n. 8.625/1993 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (LONMP). Lei Complementar n. 75/1993 – Estatuto do Ministério Público da União. Resoluções n. 181/2017 e n. 183/2018 do CNMP – dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do MP. Estatuto de Roma.

**LEGISLAÇÃO APLICADA À
DEFENSORIA PÚBLICA**

Disposições gerais, organização da Defensoria Pública da União, dos estados e do Distrito Federal, estrutura, a carreira do Defensor Público, dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, dos deveres, das proibições, dos impedimentos e da responsabilidade funcional, das disposições finais e transitórias.

FAQ DO CURSO

O curso de pós-graduação em Ciências Jurídicas Aplicadas às Funções Essenciais à Justiça é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O curso de pós-graduação em Ciências Jurídicas Aplicadas às Funções Essenciais à Justiça é um curso *lato sensu*. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 6 de abril de 2018.

O curso de pós-graduação em Ciências Jurídicas Aplicadas às Funções Essenciais à Justiça é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria Acadêmica Virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, *tablet*, TV, celular.

Download de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

App compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

Player de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.



INGRESSO

A pós-graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua pós-graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!



Você a poucos



passos de muitos

futuros

gran.com.br

